

Paz liberal, governação e cultura democrática*

Liberal peace, governance and democratic culture

Eunice Castro Seixas¹

Resumo

Este artigo analisa criticamente o enfoque atual da cooperação para o desenvolvimento, democratização e construção da paz em critérios psicossociais e culturais para além dos critérios formais e institucionais. Esta análise supõe um questionamento de alguns conceitos centrais à cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente, os conceitos de desenvolvimento, paz liberal, sociedade civil e direitos humanos. Sugere-se que a relevância do campo cultural na cooperação para o desenvolvimento, democratização e construção da paz não constitui um dado novo, tendo ressonância com a teoria da modernização e até com processos coloniais, na medida em que contribui para uma criação de uma diferença entre o self ocidental e 'outro' não ocidental. A cultura como foco e mecanismo da governação liberal global relaciona novos conceitos ('boa governação', 'segurança humana') com conceitos mais clássicos ('sociedade civil', 'direitos humanos') e permite simultaneamente uma invisibilização das relações de poder e uma evasão da responsabilidade por parte dos poderes ocidentais.

Palavras-chave: Construção da paz. Cooperação para o desenvolvimento. Paz liberal. Sociedade civil. Direitos humanos.

Abstract

This article examines critically the current focus of development cooperation, democratization and peace building in psychosocial, cultural and institutional criteria. This analysis implies a questioning of some concepts central to development cooperation, including development concepts, liberal peace, civil society and human rights. It is suggested that the relevance of the cultural field in development cooperation, democratization and peace-building is not a new fact, having resonance with modernization theory and colonial processes, contributing to create a difference between the Western self and 'other' non-Western. Culture as a focus and mechanism of global liberal governance relates new concepts ('good governance', 'human security') and classic concepts ('civil society', 'human rights') and allows both an invisibility of power relations as an evasion of responsibility of Western powers.'

Keywords: Peace building. Development cooperation. Liberal peace. Civil society. Human rights.

* Artigo recebido em 09/08/2013

Aprovado em 23/09/2013.

Este texto foi escrito com as regras ortográficas vigentes em Portugal.

¹ Doutora em Sociologia, especialização em 'Pós-Colonialismos e Cidadania Global', pelo Centro de Estudos Sociais (CES), FEUC, Portugal. Bolsista de Investigação do CECS (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade), ICS (Instituto de Ciências Sociais), Universidade do Minho, Braga, Portugal. E-mail: euniceseixas@gmail.com

1 Introdução

Na cooperação para o desenvolvimento e construção da paz, para além das reformas políticas e económicas que visam a mudança de regime para uma democracia liberal representativa e uma economia de mercado, o fortalecimento da sociedade civil e o discurso dos direitos humanos tem tido um papel progressivamente importante. A democratização já não é considerada apenas enquanto estabelecimento de instituições democráticas, mas centra-se numa preocupação com a sua sustentabilidade, sendo que os novos critérios democráticos se relacionam muito mais com a cultura e sociedade, do com processos políticos formais e instituições. Neste sentido, as ONGs de direitos humanos e/ou ligadas à democratização e à construção da paz, servem os objetivos de construção de uma sociedade civil e de uma cultura democrática e liberal.

O tema da cultura democrática tem sido abordado na área da cultura política, através de uma análise da relação entre os valores cívicos e a democracia, por exemplo por Inglehart e Welzel (2009). Inglehart e Welzel têm uma perspetiva *mainstream* sobre o desenvolvimento, sugerindo até um reavivar (embora sujeito a uma revisão) das muito criticadas teorias da modernização. Neste artigo parto de uma perspetiva crítica centrada nos estudos críticos da paz e da segurança para analisar a relevância de uma dimensão psicossocial e cultural nas intervenções contemporâneas para o desenvolvimento e para a paz.

Começo por apresentar sucintamente na seção dois, o conceito de desenvolvimento das teorias da modernização, entendido como um percurso sequencial de natureza social, psicológica, económica, cultural, política e mesmo biológica e baseado na criação de subjetividades, que dividiram o mundo em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. O meu objetivo é o de argumentar que tal como esta perspetiva da modernização implicou uma forma de intervenção alargada apoiada em formações ideológicas imperialistas, também as perspetivas contemporâneas de desenvolvimento/paz liberal parecem apoiar-se em estratégias de intervenção alargadas apoiadas em formações ideológicas ligadas particularmente a uma esfera psicossocial e cultural. Essa esfera psicossocial e cultural esconde um lado negro importante como tento exemplificar em relação aos conceitos liberais de sociedade civil e direitos humanos na seção três. Na seção quatro, apoiando-me nas teorias críticas da paz e da segurança

mostro como as intervenções liberais contemporâneas de construção da paz enfatizam dimensões psicossociais e culturais. Concluo acerca da importância que este aspeto cultural e psicossocial tem tido na ajuda ao desenvolvimento/construção da paz e dos perigos dessa perspetiva.

2 Teorias da modernização, desenvolvimento e imperialismo

As teorias da modernização desenvolveram-se nos EUA durante os anos de 1950 e 1960 e tinham em comum uma visão da pobreza como o resultado de um estado de ‘falta’: falta de capital, de tecnologia e de organização social e valores modernos. Desta forma, assentavam num esquema dicotómico que opunha as sociedades pobres, vistas como tradicionais e subdesenvolvidas, às sociedades modernas e países desenvolvidos e numa visão do desenvolvimento como uma única trajetória de um ponto A (de subdesenvolvimento e pré-modernidade) a um ponto B (de desenvolvimento e modernidade). O desenvolvimento era considerado como um percurso sequencial de natureza social, psicológica, económica, cultural, política e mesmo biológica. Nesta perspetiva era fundamental a ajuda externa e os países desenvolvidos deveriam orientar este percurso enquanto os ‘recetores’ da ajuda deveriam, quaisquer que estes fossem, pedir emprestado, imitar e racionalizar (ROBERTS; HITE, 2000). Estas teorias foram em grande parte influenciadas pelos autores clássicos que analisaram a mudança social relacionada com a industrialização, como Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim e mais tarde, Talcott Parsons. Todos estes autores viram a sociedade moderna como fundamentalmente diferente de qualquer outra sociedade, representando uma mudança brusca de formas de vida ‘tradicionais’ para formas de vida ‘modernas’, de sociedades assentes em tradições, superstições, fatalismo ou emoções, para uma sociedade assente na racionalidade e na ciência (ROBERTS; HITE, 2000).

Esta ideia de desenvolvimento constituir-se-ia como discurso que ‘colonizaria a realidade’ a partir dum sistema de inter-relações entre três eixos: um sistema de conhecimento; um sistema de poder; a criação de novas subjetividades (ESCOBAR, 1995). A premissa organizadora fundamental deste sistema era “[...] a crença no papel da modernização como única força capaz de destruir as superstições e relações arcaicas, a

qualquer custo social, cultural e político” (ROBERTS; HITE, 2000, p. 39).

A criação da categoria de ‘Terceiro Mundo’ contribui para homogeneizar um vasto conjunto de povos atribuindo-lhes uma mesma identidade de ‘subdesenvolvidos’, ‘tradicionais’ ou ‘pré-modernos’, validando por contraste, o ‘Primeiro Mundo’, ‘desenvolvido’, ‘moderno’, locus da civilização e da ciência. Esta divisão do Mundo em três terços legitimava uma política e mesmo uma obrigatoriedade moral por parte do ‘Ocidente’, representado pelos EUA, em levar o crescimento económico aos países ‘subdesenvolvidos’. Enquanto *apparatus* discursivo, que articula formas de conhecimento com formas de dominação, este modelo de desenvolvimento subsiste atualmente nas categorias classificatórias que criou, como salienta Escobar (1995, p. 12): “[...] mesmo hoje, a maior parte das pessoas no Ocidente (e em muitas partes do ‘Terceiro Mundo’) têm grande dificuldade em pensar acerca das situações e pessoas do ‘Terceiro Mundo’ noutras termos para além daqueles fornecidos pelo discurso do desenvolvimento”. Deste modo, permanece uma associação do ‘Terceiro Mundo’ a uma imagem estereotipada de fome, iliteracia, pobreza e sobrepopulação, da qual, mesmo algumas das principais críticas a este modelo hegemónico do desenvolvimento não se conseguem distanciar.

Apesar da ideia de desenvolvimento das teorias da modernização estar muito associada a indicadores económicos e à assunção que o desenvolvimento económico levaria à democracia, o desenvolvimento era considerado como um percurso sequencial de transformação radical e de natureza não apenas económica e política, mas também social, psicológica, cultural e mesmo biológica. Este conceito de desenvolvimento apoia-se criação de subjetividades que dividem o mundo entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, sociedades tradicionais e sociedades modernas. Apoiando-nos no trabalho de Said, podemos dizer que este modelo de desenvolvimento assenta em formações ideológicas comuns ao colonialismo e ao imperialismo e assentes na “[...] ideia de que alguns territórios e pessoas requerem e imploram por dominação assim como por formas de conhecimento combinadas com processos de dominação” (SAID, 1994, p. 8). Como Said sugere, o imperialismo, entendido como “[...] a prática, a teoria e as atitudes de dominação por um centro metropolitano sobre um território distante”, persiste hoje numa “[...] esfera cultural geral, assim como em práticas políticas, ideológi-

cas, económicas e sociais específicas” (SAID, 1994, p. 8). As perspetivas contemporâneas de desenvolvimento, democratização e paz parecem também apoiar-se em formações ideológicas ligadas particularmente a uma esfera cultural e aos conceitos de sociedade civil e direitos humanos.

3 Sociedade civil e direitos humanos como formações ideológicas

Apesar de ser um conceito muito controverso, a sociedade civil como argumenta Kalb, permanece uma formação ideológica fundamental desde a terceira vaga da democratização.

[Este] ainda é o único legado ideológico que esta época nobre das nações no final do século vinte, a chamada Terceira Vaga da Democratização, nos conferiu. Através de instituições transnacionais cada vez mais ativas e de canais de consultadoria, conseguiu implantar-se sistematicamente em todos os países pós-socialistas, incluindo aquelas nações que não a tinham desenvolvido por si próprias (KALB, 2002, p. 318)

Nesta concetualização liberal, a sociedade civil é uma ‘invenção recente’ e um elemento chave do cenário pós-guerra fria. Nos anos 1990, com a tendência global de democratização, a sociedade civil “torna-se um mantra para todos” e nas sociedades ocidentais democráticas a sociedade civil surge como meio de complementar o Estado e sobreviver à violência do mercado (CAROTHERS, 1999). Carothers procura desconstruir uma série de mitos liberais sobre a sociedade civil, nomeadamente o mito da equiparação da sociedade civil a um conjunto de ONGs de advocacia e direitos humanos, a ideia de que uma sociedade civil fraca leva a uma falta de confiança social e a ideia de que a sociedade civil constitui a base de um Estado democrático e promove a responsabilização política face às questões dos direitos das minorias.

Similarmente, os direitos humanos são também considerados como a ideologia dos nossos tempos como refere Douzinas em tom irónico: “A proteção das vítimas, a defesa dos direitos, a promoção das escolhas livres é a ideologia indisputável do nosso mundo pós-político! A Humanidade tem estado unida não através dos planos dos revolucionários, mas através da dor universal, da piedade e do mercado” (DOUZINAS, 2007, p. 20).

No entanto, existe um lado ‘negro’ do discurso ocidental dos direitos humanos que tem sido revelado ao

mesmo tempo que o otimismo pós-Guerra Fria dos anos 1990 em relação à expansão da democracia esmorece. De facto, este otimismo tem sido substituído por preocupações com os riscos de violência dos ‘Estados frágeis’, com a difusão de modelos autoritários de desenvolvimento, com um bloqueio do avanço da democracia global e com a emergência de um *backlash* contra a assistência internacional para a democratização (CAROTHERS, 2010, p. 16).

Kapur (2006) sugere que este lado negro é intrínseco e constitutivo da ideologia e projeto dos direitos humanos e promove uma divisão baseada em argumentos sobre civilização, cultura e superioridade religiosa, mascarada pela retórica e alegada ética do desenvolvimento. Uma importante crítica que é feita ao discurso aos direitos humanos é a de que este promove uma visão do ‘outro’, beneficiário da ajuda ao desenvolvimento como vítima indefesa ou então como pré/não humano. Neste sentido, a ajuda ao desenvolvimento enquanto proteção e defesa dos inocentes é transformada numa antipolítica, negligenciando os processos de poder ou as possibilidades transformativas e emancipatórias de ação coletiva na luta contra a pobreza, a doença ou a guerra (KAPUR, 2006; DOUZINAS, 2007, p. 22). Trata-se ainda de uma perspectiva negativa do humanitarismo, uma vez que este é entendido como uma defesa contra o Mal e o sofrimento, em vez de ser concebido a partir de uma perspectiva política, ética e positiva (CHANDLER, 2006; DOUZINAS, 2007). Esta visão negativa da humanidade é corrosiva para a esfera política e social, acabando por reforçar a desconfiança dos governos e sociedades não-ocidentais face às ações da comunidade ocidental (CHANDLER, 2006, p. 236). Nesta perspectiva, o discurso dos direitos humanos em relação ao ‘Sul’ mascara de facto traços ‘narcisistas’ e representa mais uma estratégia de construção de consenso moral e coesão social nos contextos ocidentais domésticos, do que uma preocupação genuína com o sofrimento das pessoas ou uma tentativa genuína de trazer alívio e justiça.

Santos (2009) critica também o que considera ser uma ‘compreensão convencional dos direitos humanos’ que descreve da seguinte maneira:

[...] estes são universalmente válidos independentemente do contexto social, político e cultural em que operam e dos diferentes regimes de direitos humanos existentes nas diferentes regiões do mundo; são baseados numa conceção da natureza humana como individual, autossuficiente e qualitativamente diferente da natureza

não-humana; o que conta como violação dos direitos humanos é definido por declarações universais, instituições multilaterais (tribunais e comissões) e estabelecido por organizações não-governamentais globais (na sua maioria baseadas no Norte); o fenómeno recorrente de duplos critérios na validação da conformidade com os direitos humanos em nenhum modo compromete a validade universal dos direitos humanos; o respeito pelos direitos humanos é muito mais problemático no Sul Global do que no Norte Global. (SANTOS, 2009, p. 3)

A discrepância entre os discursos e a prática dos direitos humanos a que hoje assistimos é, segundo Santos, especialmente forte nas ‘zonas de contato’ em que “[...] os investimentos ideológicos para esconder tal discrepância são tão massivos quanto a brutalidade das práticas” (SANTOS, 2009, p. 3). Se aceitarmos esta discrepância e continuarmos a “colocar no mercado dos direitos humanos novos produtos” ou talvez, os mesmos produtos, mas com novos nomes, os direitos humanos permanecerão uma ‘resposta fraca’ aos problemas globais atuais (SANTOS, 2009, p. 4). Esta questão prende-se também com a perspectiva legalista/formal da governação global neoliberal em que a pressão para a aceitação formal de conceitos e obrigações internacionais não implica a sua aplicação prática, especialmente quando estes enquadramentos liberais não correspondem às realidades locais (MÜLLERSON, 2008, p. 3). Para, além disso, alguns ‘importadores’ como ‘exportadores’ da democracia têm motivos ‘mistos’ que revelam esse lado negro da perspectiva liberal dos direitos humanos e democratização (MÜLLERSON, 2008, p. 3).

Em suma, estas críticas revelam como a sociedade civil e os direitos humanos têm-se constituído como formações ideológicas da governação liberal e contribuído para mascarar um lado negro das dinâmicas de poder e dominação que lhe estão subjacentes. Como sugere Kapur (2006, p. 683), os direitos humanos devem ser estudados enquanto ‘espaço de poder’ e da perspectiva dos sujeitos excluídos.

4 Governação global e paz liberal

Desde os anos de 1990 que a ajuda ao desenvolvimento e à democratização tem vindo a projetar um quadro de paz liberal ao longo da América Latina, Europa Central e de Leste e na ex. União Soviética, na África subsaariana e na Ásia. A paz liberal é associada a um perspectiva que “[...] vai para além das abordagens tradicionais

de prevenção de conflito ou da ‘paz negativa’, em direção a uma engenharia externa das sociedades pós-conflito, através da exportação dos quadros liberais de ‘boa governação’, eleições democráticas, direitos humanos, o Estado de direito e relações de mercado” (CHANDLER, 2010, p. 1-2). As perspetivas contemporâneas de ‘peacebuilding’ defendem assim uma intervenção alargada, atendendo a necessidades sociais, económicas e institucionais e visam a construção da paz dentro e entre os Estados com base na democracia liberal e na economia de mercado.

A paz liberal é de facto um híbrido composto por quatro projetos históricos de paz, respetivamente: o projeto de paz do vencedor, o projeto de paz constitucional, o projeto de paz da sociedade civil e o projeto de paz institucional (RICHMOND, 2006). Esta concetualização privilegia a experiência ocidental de construção da paz e depende de uma intervenção, assim como de um equilíbrio entre o consentimento e a coerção. Implica uma metodologia, ferramentas específicas e comunidades epistémicas, assim como alianças entre organizações, Estados, instituições e ONGs (RICHMOND, 2006). Neste sentido, “A paz liberal é um localismo globalizado, no sentido em que é uma forma de conferir uma dimensão planetária a um modelo determinado de pensar a paz com raízes num contexto muito específico” (PUREZA, 2011, p. 6).

Richmond (2006) sugere que nos encontramos atualmente para além duma visão estreita e simplista da paz como ideal inatingível para uma concetualização muito mais sofisticada, ao nível ontológico e epistemológico. Se os diferentes atores ligados ao processo de paz liberal (Estados, ONGs, organizações regionais, organizações financeiras internacionais e agências internacionais) possuem diferentes versões da paz, estes parecem atuar contudo como se a paz fosse algo consensual. Este é um consenso sobre o processo de construção da paz que promove a narrativa da paz como governação. E neste ponto é importante refletirmos sobre a lógica da governação neoliberal. Esta não é uma lógica económica mas sim uma lógica social, apoiada numa ‘sociedade civil liberal’, ou seja, num crescimento exponencial de ONGs que prestam serviços sociais de complemento ao Estado e ao mercado, não assumindo qualquer papel de contestação do regime político ou económico (SANTOS, 2005). As ONGs veem a sua missão como a de solidariedade social e apoio às vítimas da guerra, das violações dos direitos humanos, das catástrofes ambientais ou mesmo da reestruturação eco-

nómica e “[...] ocupam-se do privado, não do público, do social, não do político, do micro, não do macro” (SANTOS, 2005, p. 17). A governação liberal contribui assim para silenciar as transformações sociais, a participação popular, o contrato social, a justiça social, as relações de poder e a conflitualidade social, todos conceitos chave da teoria crítica moderna (SANTOS, 2005, p. 17).

Para, além disso, este consenso fabricado em torno da narrativa da paz como governação assenta numa estratégia que visa substanciar e simultaneamente regular a visão das periferias como focos de violência e irracionalidade pré-moderna (PUREZA, 2011). As ONGs têm um papel importante na formação deste consenso, ao mesmo tempo que se tornam progressivamente em dispositivos técnicos e alegadamente apolíticos.

Pureza (2011) sugere que a paz como governação é um projeto político ambivalente, pois alia cânones liberais de transformação com estratégias securitizantes. Nesta perspetiva aproxima-se de outros autores que defendem que a ‘paz liberal’ é um mito, uma vez que não há uma consistência nas intervenções contemporâneas para a paz e que muitas destas se afastam dos princípios liberais (CHANDLER, 2012; SELBY, 2013). Porém, numa perspetiva alternativa, os próprios cânones liberais, nomeadamente a teoria da paz democrática, estão intrinsecamente ligados a questões políticas e securitárias (WILLIAMS, 2007). Williams chama a atenção para o facto de a questão do reconhecimento (dos Estados como democráticos ou não democráticos) ser inerente à hipótese liberal da paz democrática de que os Estados democráticos não entram em guerra uns com os outros. Na sua obra sobre ‘a paz perpétua’, Kant vê o reconhecimento como um juízo ético que implica uma construção identitária do self e do ‘outro’. Esta questão pode ser colocada na teoria liberal, a vários níveis: o reconhecimento de indivíduos que possuem determinados direitos, que perseguem determinados interesses, ou ao nível dos Estados. A definição de democracia é determinada pela posição mutável daqueles que categorizam, o que implica que a questão do reconhecimento dos Estados democráticos vs. não democráticos é uma questão política (WILLIAMS, 2007).

Este processo de reconhecimento implica a superioridade moral do self liberal, enquanto a mera existência do ‘outro’ não liberal (Estados não liberais) pode ser vista como uma ameaça potencial pelos liberais. Os limites da ‘tolerância liberal’ colocam-se assim na possi-

bilidade das formas de vida não liberais alastrarem para as sociedades e sujeitos liberais.

As comunidades não-liberais estão assim sempre sujeitas a serem marcadas como ameaças irresponsáveis, a serem excluídas das relações liberais de comunidade e respeito e potencialmente a serem sujeitas a coerções pelos liberais se as suas formas de vida forem consideradas uma ameaça às estruturas liberais (WILLIAMS, 2007, p. 52).

Williams propõe que estes processos liberais de identidade, reconhecimento e disciplina constituem as bases da construção de comunidades de segurança democráticas atuais. De facto, desde o final dos anos 1980 dá-se uma reconfiguração do campo da segurança em que “[...] as formas de poder militar e material se repositionam num campo mais alargado, ‘o campo cultural da segurança’ (WILLIAMS, 2007, p. 39-40), caracterizado por uma predominância das formas de capital simbólico e cultural. Esta valorização do campo cultural não significa o fim das relações de poder mas a constituição de novas relações de poder e está associada a uma invocação do triunfo da cultura ocidental, à ideia de universalidade dos ideais liberais e a uma ideia de ‘fim da História’.

Interessante também é a análise de Williams baseada no conceito de ‘estratégia de desinteresse’ de Bourdieu (BOURDIEU, 1987 *apud* WILLIAMS, 2007, p. 52) para analisar a ação dos Estados liberais. A premissa liberal da universalidade dos direitos humanos implica um projeto de extensão desses direitos aos outros, mesmo que tal não leve a um benefício estratégico ou material óbvio dos Estados liberais, supondo uma negação da ação por interesse (*‘self-interested action’*), ou o que Bourdieu apelida de ‘estratégia de desinteresse’. Esta perspetiva assemelha-se à ideia proposta por Chandler de que os poderes ocidentais e em particular o processo de ‘statebuilding’ nas periferias do sistema internacional se constituem como um ‘Império em negação’, ou seja, como uma negação dos interesses e poder ocidentais de modo a evitar a responsabilização pelas políticas implementadas.

Chandler (2010) considera que a paz liberal corresponde a uma “narrativa política ficcional autopromotora”, utilizada para limitar as expectativas em relação aos resultados destas intervenções. O fracasso das intervenções liberais na transformação das sociedades pós-conflito em democracias/economias de mercado estáveis é, nesta perspetiva justificado pelo caráter demasiado ambicioso,

intervencionista e liberal das intervenções face a ‘sujeitos não liberais’, que não possuem capacidades para lidar com um sistema liberal (CHANDLER, 2010). Como Chandler sugere, esta perspetiva baseia-se num problema de concretização da relação entre o ‘ocidente liberal’ e o ‘outro não liberal’, e serve para legitimar um sistema de tutoria externa nas sociedades recetoras. Este sistema de tutoria ou supervisão externa avalia continuamente os progressos da população na aquisição das ferramentas psicossociais necessárias à democracia, em vez de avaliar e reformular as políticas necessárias para o estabelecimento de uma sociedade democrática. - “Neste quadro, a realização de eleições serve como um exame da população e do comportamento dos candidatos eleitorais, em vez de ser um processo de avaliação e construção de políticas” (CHANDLER, 2010, p. 11). A cultura passa assim a ser o foco e mecanismo da governação, cujas aspirações já não são de transformação das sociedades mas da preservação do *status quo*. Os conceitos clássicos do liberalismo tal como ‘soberania’, ‘democracia’, ‘Estado de direito’ e ‘sociedade civil’ ganham nesta perspetiva novos conteúdos, “[...] transformando o discurso universal do sujeito autónomo, possuidor de direitos, do sujeito de direitos para o objeto de regulação não liberal” (CHANDLER, 2010, p. 18). Uma consequência desta descrença na capacidade transformativa da paz liberal é o foco nas soluções institucionais, quer a nível formal na ‘capacitação’ das instituições do Estado, quer a nível informal, na construção da sociedade civil.

Chandler (2012) sugere que o projeto de paz liberal se afastou dos princípios do liberalismo, centrando-se na regulação e no ‘paradigma pós-intervencionista da resiliência’ que coloca o acento na agência em relação à estrutura e contribui para uma ofuscação das relações de poder entre globalizadores e globalizados e para uma evasão da responsabilidade por parte dos poderes ocidentais. Nesta perspetiva, os modos de compreensão não ou a-liberais são associados a escolhas ideacionais, em vez de refletirem constrangimentos estruturais materiais, políticos ou económicos (CHANDLER, 2012, p. 3).

Outras perspetivas críticas, como a de Mark Duffield (2005, 2007) e David Roberts (2010), acentuam o caráter biopolítico do desenvolvimento e da governação global. Ambos os autores reapropriam o conceito de biopolítica de Foucault como tecnologia de poder que tem como objeto e objetivo a espécie humana, para o aplicarem a uma escala global e a uma análise da governação global.

Segundo Duffield, o desenvolvimento, principalmente na sua recente associação ao conceito de segurança humana pode ser considerado como uma tecnologia de segurança que visa lidar com o problema da população excedentária ou ‘vida não segurada’ (DUFFIELD, 2007). A vida não segurada, autossuficiente (*self-reliant*), corresponde à representação que o Ocidente tem da vida nas periferias do sistema internacional, a um estado permanente de emergência a que o desenvolvimento pretende dar uma resposta. Essa resposta, na perspectiva da segurança humana, visa conter e gerir os conflitos e a violência nas periferias, atuando ao nível psicossocial na sociedade civil para promover o desenvolvimento. Duffield sugere que este processo de ‘securitização do desenvolvimento’ levado a cabo por instituições governamentais nacionais, internacionais e ONGs, constitui um regime biopolítico global, que visa conter a violência dentro das margens do sistema internacional de modo a ‘securitizar o futuro’ (do ‘centro’), reabilitando, neste processo, o imperialismo liberal do ocidente (DUFFIELD, 2007). Para, além disso, o desenvolvimento associado à segurança humana está a fazer ressurgir as antigas formas coloniais de governação (nomeadamente a administração nativa ou *indirect rule*) ao “levar os selvagens a lutar contra os bárbaros (DUFFIELD, 2005). Efetivamente, se a administração nativa servia o propósito de produzir uma mudança social progressiva através de um aumento da coesão social e controlo das insurgências nacionalistas urbanas, também as atuais estratégias de desenvolvimento associadas à segurança humana assentam em estratégias biopolíticas de satisfação das necessidades básicas e de mudança de mentalidade dos ‘selvagens’ permitindo assim conter a ‘barbárie’ das periferias.

De modo semelhante, Roberts argumenta que “[...] a governação global pode então ser compreendida com um processo biopolítico ideacional hegemónico, pelo qual o neoliberalismo disciplina e pune as políticas, economias e sociedades a um nível global, através de instituições públicas e privadas assimetricamente orientadas” (ROBERTS, 2010, p. 38). Roberts vê a governamentalidade como o poder que serve não apenas para produzir vida mas também para a reduzir (ROBERTS, 2010, p. 43), e identifica três características do neoliberalismo hegemónico da governação global: 1) a sua natureza biopolítica; 2) a sua distribuição capilar e 3) a sua assimetria de poder.

Este foco da paz liberal numa dimensão psicossocial e cultural pode ser visto como uma forma de pa-

tologização e de ‘governação terapêutica’ das populações ‘não ocidentais’ e principalmente das sociedades pós-conflito (PUPAVAC, 2001). A governação terapêutica seria uma forma de gestão de risco social baseada num entendimento psicológico dos problemas sociais e cujas consequências incluem a negação das dimensões estruturais, políticas e sociológicas nas causas dos conflitos e na resolução das mesmas. Nesta perspectiva, a democracia é reduzida a uma questão de autoestima e a substância dos direitos políticos é negada, uma vez que as políticas passam a ser formuladas externamente e o papel das instituições sociais torna-se meramente o de adaptação e administração das mesmas (PUPAVAC, 2001).

5 Conclusão

A construção da paz nas zonas de pós-conflito tem originado uma paz virtual assente frequentemente na criação de subjetividades pré-modernas (os ‘selvagens’ e/ou os ‘bárbaros’; a ‘vida não segurada’ etc.) que, segundo a perspectiva hegemónica de ‘peacebuilding’ estão continuamente em falta de mais capacitação, mais empoderamento, mais espírito empreendedor, mais democratização. O enfoque psicossocial e cultural das intervenções contemporâneas para a paz contribui deste modo para a construção de um ‘outro não-ocidental’ que parece necessitar continuamente de orientação/supervisão da parte das democracias ocidentais do Norte. Tal perspectiva tem ressonância com a criação de subjetividades subjacente às teorias da modernização e nomeadamente a assunção de que os recetores do desenvolvimento devem ser ‘orientados’ pelos doadores neste processo de transformação radical. A paz liberal enquanto governação é também entendida numa perspectiva tão alargada quanto era o desenvolvimento nas teorias da modernização, abrangendo todas as áreas da vida. O foco na dimensão cultural transforma a paz liberal numa ficção promotora da cultura ocidental, exagerando o carácter liberal e consensual destas intervenções e desvalorizando a importância da estratégia, dos Estados, da geopolítica e do poder.

Certamente que qualquer perspectiva de ‘peacebuilding’ deve incluir uma dimensão cultural, mas esta não pode servir para psicologizar os problemas ou patologizar as populações locais e mascarar assim as relações de poder e as responsabilidades da comunidade internacional. Como Santos (2001, p. 8) refere, as potencia-

lidades emancipatórias da área de direitos humanos e dignidade humana só podem ser cumpridas através de um diálogo intercultural e nunca através de uma ‘canibalização cultural’ que vise a imposição de cima para baixo de determinadas políticas, estratégias e linguagem.

A paz que é construída é vista de forma muito diferente pelos sujeitos locais, pelos políticos, pelos economistas, ou pelos funcionários da indústria do desenvolvimento, por isso é necessário saber como se ganha consentimento para a paz liberal, como esta é legitimada (RICHMOND, 2006). A legitimação da paz liberal por via de uma dimensão psicossocial e cultural, através de estratégias biopolíticas de regulação, normalização e domesticação das populações e da sociedade civil tem sido desmascarada e de algum modo resistida (RICHMOND, 2010) tanto pelos críticos do desenvolvimento como pelas próprias populações locais.

Referências

- CAROTHERS, Thomas. Civil Society. *Foreign Policy*, Washington D.C., USA, n. 117, p. 18-29, Winter, 1999.
- CAROTHERS, Thomas. The End of the Transition Paradigm. *Journal of Democracy* Washington, DC, USA, v. 13, n. 1, p. 5-21, 2002.
- CHANDLER, David. *From Kosovo to Kabul and Beyond: human rights and international intervention*. London: Pluto Press, 2006.
- CHANDLER, David. Resilience and human security: the post-interventionist paradigm. *Security Dialogue*, Oslo, Norway, v. 43, n. 3, p. 213-229, 2012.
- CHANDLER, David. The uncritical critique of liberal peace. *Review of International Studies*, Cambridge, United Kingdom, v. 36, S1, p. 137-155, October 2010.
- DOUZINAS, Costas. The many faces of humanitarianism. *Parrehsia*, Parkville, Victoria, Australia, n.2, p. 1-28, 2007.
- DUFFIELD, Mark. Development, territories and people: consolidating the external sovereign frontier. *Alternatives*, Ontario, Canada, v. 32, n. 32, p. 225-246, 2007.
- DUFFIELD, Mark. Getting Savages to Fight Barbarians: development, security and the colonial present. *Conflict, Security and Development*, London, United Kingdom, v. 5, n. 2, p. 141-160, 2005.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Development and democracy: What we know about modernization today. *Foreign Affairs*, Washington D.C., USA, v.88, n.2, p. 33-41, mar./apr. 2009.
- KALB, Don. Afterword: globalism and postsocialist prospects. In: HANN, Chris M. (Ed.). *Postsocialism. Ideals, ideologies and practices in Eurasia*. London: Routledge, 2002. p. 317-334
- KAPUR, Ratna. Human Rights on the 21 st Century: take a walk on the dark side. *Sidney Law Review*, Sidney, Australia, v. 28, p. 665- 687, 2006.
- MÜLLERSON, Rein. Promoting Democracy without Starting a New Cold War? *Chinese Journal of International Law*, New York, USA, v. 7, n.1, p. 1-31, 2008.
- PUPAVAC, Vanessa. Therapeutic governance: Psychosocial intervention and trauma risk management. *Disasters*, Malden, MA, USA, v. 25, n.4, p. 358-372, 2001.
- PUREZA, José Manuel. Humanitarismo e despolitização da dominação. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL “INTERNATIONAL TRENDS AND PORTUGAL’S POSITION, 2011, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian 2011.
- RICHMOND, Oliver P. Resistance and the Post-liberal Peace, *Millennium: Journal of International Studies*, New York City, NY, USA, v. 38, n. 3, p. 665-692, 2010.
- RICHMOND, Oliver P. The problem of peace: understanding the ‘liberal peace. *Conflict, Security & Development*, United Kingdom, v. 6, n. 3, p. 291-314, 2006.
- ROBERTS, David. *Global governance and biopolitics: regulating human security*. London and New York: Zed Books, 2010.
- ROBERTS, J. Timmons; HITE, Amy (Ed.). *From Modernization to Globalization. Perspectives on Development and Social Change*. Massachusetts, USA: Blackwell, 2000.
- SAID, Edward W. *Culture and Imperialism*. London: Vintage, 1994
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Portugal, n. 72, p. 7-44, out. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. If God were a Human Rights Activist: human rights and the challenge of political theologies is humanity enough? the secular theology of human rights. Disponível em: <http://www.go.warwick.ac.uk/elj/lgd/2009_1santos>. Acesso em: 10 jun. 2013

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma conceção multicultural dos direitos humanos. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 7-34, 2001.

SELBY, Jan. The myth of liberal peacebuilding. *Conflict, Security & Development*, United Kingdom, v.13, n.1, p. 57-86, 2013.

WILLIAMS, Michael. *Culture and Security. symbolic power and the politics of international security*. Oxon: Routledge, 2007.

**Para publicar na revista
Universitas Relações Internacionais,
entre no endereço eletrônico www.publicacoesacademicas.uniceub.br.
Observe as normas de publicação, facilitando e agilizando o trabalho de edição.**